

DNa

REPORTAGEM: PROFISSÃO, NOIVOS ■ FOTOREPORTAGEM: OS CAVALEIROS DO TEMPO ■ MODA: NOVAS PINTURAS ■

E depois do adeus...

FOI O PROVIDOR DE JUSTIÇA NOS ÚLTIMOS OITO ANOS. ENQUANTO NÃO SE RESOLVE DEFINITIVAMENTE A SUCESSÃO, TRABALHA ATÉ AO ÚLTIMO MINUTO. JOSÉ MENÉRES PIMENTEL À BEIRA DA DESPEDIDA

Menéres Pimentel

«Eu nunca fui força de bloqueio pela simples razão de que ten-

Foi o Provedor de Justiça durante os últimos oito anos. Enquanto não se resolve definitivamente o imbróglio da sua sucessão, trabalha até ao último minuto. José Menéres Pimentel, que co-

tei desbloquear os problemas. Agora, que fui incómodo, por ve-

te o imbróglio da sua sucessão, trabalha até ao último minuto. José Menéres Pimentel, que co-

zes, para o Governo e para a Administração Pública em geral,

nhece bem de mais os dois lados da barricada da Justiça em Portugal, em conversa esclarece-

isso penso que sim - mas essa é a minha função. Não é pro-

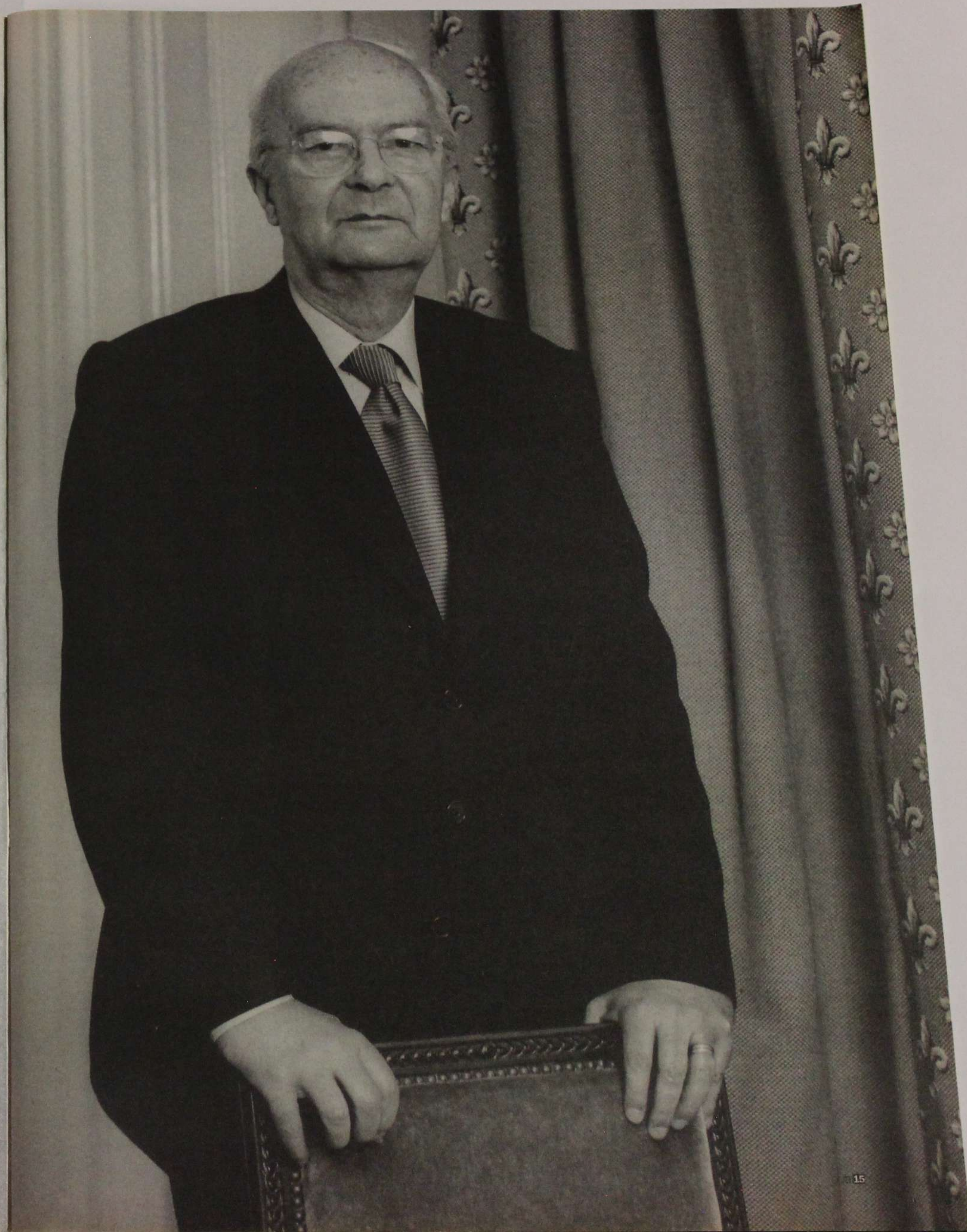
dora acerca do bem servir essa senhora cega pondo-lhe umas boas lentes de contacto

priamente andar com a Administração Pública ao colo...»

ENTREVISTA DE TERESA MAIA E CARMO
FOTOGRAFIAS DE JORGE NOGUEIRA

A entrevista decorreu há algum tempo, mas já durante o difícil período de avanços e recuos na escolha de um sucessor para o cargo. «O Conselheiro Menéres Pimentel não comenta a escolha do seu sucessor como Provedor de Justiça», mandaram dizer então. Lacónico e prudente q.b., a fazer jus à mais conhecida das suas características que o dão como velha raposa da política – onde vocês estão a ir já eu de lá venho –, ainda assim lá foi abordando, aqui e ali, o estranho processo das últimas semanas. Para esta con-

versa, no entanto, o «caso» ficou de fora. No seu gabinete fronteiro ao hotel da Lapa, num palacete magnífico cuja história valia a pena contar, em havendo tempo. Além de ter ficado por 500 contos ao Estado (há sempre anedotas destas quando não se trata das nossas casas) foi propriedade de uma família rica, depois embaixada de Hitler em Lisboa, há quem diga que entretanto serviu de covil à C.I.A., mais tarde deu lugar à CUF, empresa pública em tempos nacionalizada. Por acaso foi também aqui que trabalhou o engº Guterres no início da sua vida profissional. Lugar perfeito, em cujas paredes ferve alguma da História baldia do país, para acertar contas com o homem que fez da (até então) incipiente função de Provedor de Justiça um lugar, pelo menos, conhecido das pessoas. Também ganhou o cargo apertado – é bom lembrar – porque vivamos o tempo em que o actual Primeiro Ministro estava a suceder a Sampaio, mentor da



Menéres Pimentel

proposta. Não há nada: arregaçou as mangas e soube levar a água ao seu moinho mais vezes do que o lodaçal da Justiça portuguesa estimaria no seu perfeito juízo. Fez manchetes com as inspeções-relâmpago que organizou no sistema prisional, as recomendações que sugeriu aos serviços da Protecção Civil e a roda viva de iniciativas que promoveu entretanto, como a linha do cidadão idoso ou dos direitos das crianças. É um histórico do PSD, responsável entre outras coisas pelo regresso de Sá Carneiro ao partido num momento de desilusão existencial, e soube cavar o consenso em torno do seu nome, sempre com uma no cravo e outra na ferradura. O tal do grande escultor obriga-nos por força a esquecer que cresceu com dificuldades e aguçarem-lhe uma tenacidade remota. Em 51 ingressa na magistratura que abandona em 65 para ser advogado propriamente dito; após o 25 de Abril aparece no Governo de Pinheiro de Azevedo com a pasta da Justiça, então baptizada de Recuperação Social, e volta a tê-la no Governo de Balsemão. Esteve seis anos enclausurado no Supremo Tribunal de Justiça e já leva oito como Provedor de Justiça. Vaidoso, seria ingénua dá-lo como um ingénuo. Benfiquista «por sentimento», fuma bem mais que os seus 71 anos razoavelmente aconselhariam. Acompanha do fundo dos olhos semicerrados esta terra onde tem muito samba muito choro e rock'n'roll e sempre vai dizendo quando a coisa aqui está preta. O figurino não se ganha de um dia para o outro e também sem um cigarro, quem segura este roldão?

É verdade que foi preso aos nove anos por jogar à bola na rua?

— É verdade, isso é um episódio um pouco caricato visto à distância, mas que na altura me marcou como não podia deixar de ser. Imagine o que é uma criança de nove anos ser metida numa esquadra durante horas e horas.

Se fosse hoje imagino que era caso para o Provedor de Justiça intervir.

— Com certeza, é um abuso de autoridade. Era um menor, não podia ser preso.

Mas não o traumatizou ao ponto de se afastar muito da Justiça, porque fez a sua carreira toda em torno dela. Ou justamente por isso...?

— Na altura traumatizou-me bastante porque me senti um criminoso, um criminoso precoce... Mas isso passou, não teve importância relevante na minha formação.

Nesta altura já tinha perdido o seu pai, que esteve emigrado no Brasil. Como cresceu?

— Cresci normalmente, embora perder o pai aos sete anos tenha sido importante, porque fui obrigado a educar-me só com o auxílio da minha mãe. Consegui superar isso mas, por outro lado, tive dificuldades económicas — na altura não havia prestações sociais como há agora. Ele já estava em Portugal e ia ao Rio de Janeiro de vez em quando porque tinha lá uma sociedade. Com a sua morte deixámos de ser sócios. Recebeu-se uma indemnização... A minha mãe não trabalhava: vivíamos apenas dos rendimentos do lado de

la e do produto dessa indemnização. Não cresceu, portanto, como um menino rico.

— Não. Eu nasci como um menino rico, só que a partir dos sete anos fiquei pobre.

Outro dado curioso da sua biografia é não ter feito o serviço militar por ser magro demais.

— Sim, sim. Era muito magro e com grande esforço os médicos militares presentes entenderam que eu não tinha suficiente robustez. Não houve nenhuma influência externa. Mas foi bom, porque o militarismo nunca me fascinou.

Andemos agora um bocadinho para a frente para falarmos do balanço dos seus dois mandatos como Provedor de Justiça. Oito anos depois — missão cumprida?

— Julgo que sim, embora a missão do Provedor nunca esteja cumprida: os provedores exigem sempre mais e mais. Creio que missão cumprida ninguém poderá dizer no seguimento de qualquer cargo público. Mas acho que o balanço é positivo, modesta à parte.

Os números valem o que valem. Mas sei que tem tido taxas de eficácia impressionantes: em 98 foram de 80 a 85%, estou certa?

— 83% salvo erro. Em 99 houve uma ligeira baixa proveniente de reclamações referentes às pensões de

Penso que as drogas deviam ser pura e simplesmente despenalizadas. Os consumidores não são criminosos, são doentes e, portanto, devem ser considerados como tal

gradadas e que não foram atendidas, em parte. Isso baixou um pouco o nível de eficácia que ficou à volta dos 79%, o que mesmo assim é bom. Estou a referir-me às percentagens de ratio, as reclamações que eu julgo procedentes...

Pois, à partida a triagem que faz elimina logo cerca de metade dos casos. Que tipo de casos são?

— Normalmente questões em que se procuram dirimir assuntos particulares, e não entre o cidadão e o Estado. Assuntos que dizem respeito aos tribunais e não ao Provedor. O Provedor intervém fundamentalmente, embora não exclusivamente, nas relações entre o cidadão e a administração pública.

É essa (só) a vocação da Provedoria?

— É essa a competência legal principal. Hoje, mercê de uma alteração introduzida há cerca de três anos, já é possível aos cidadãos reclamarem quanto a relações entre privados. Isto por causa do processo de privatizações. Eu fiz uma proposta — aceite — à Assembleia, no sentido de estender a defesa do Provedor às empresas que tenham uma relação de domínio sobre os particulares e ofendam os direitos, liberdades e garantias individuais. São sobretudo os casos da Banca, Seguros e Telecomunicações.

Costumava afirmar que os portugueses se queixam

pouco. Ainda é assim?

— Hoje queixam-se muito. Tivemos cerca de 6500 reclamações em 99, foi o número mais alto de sempre.

Porquê? Descobriram que a Provedoria existia?

— Exactamente. Mercê da actuação dos órgãos de comunicação social — eu sou dos poucos que não me incomodo com ela — a instituição tornou-se popular e é hoje muito procurada pelas pessoas. Que hoje já se queixam muito e ainda se queixariam mais se eu fizesse mais acções de promoção do Provedor...

Quer dizer, fez o marketing da função.

— Fiz, com o vosso auxílio... Têm-me procurado e auxiliado bastante. Fiz, aqui há uns anos, uma acção de divulgação nos distritos de Portalegre e Bragança. Nos Açores criámos uma extensão, já há mais de três anos, e recentemente foi inaugurada a da Madeira, o que provocou um aumento exponencial.

Entretanto reformulou a lei orgânica e a equipa da Provedoria. Sabe dizer-me de cor quantas pessoas constituem a sua equipa?

— Sei. Ainda bem que me pergunta porque saí aqui há um tempo um número de assessores que eu não tenho: 100! Eu tenho é 100 pessoas aqui. Cerca de metade são funcionários administrativos, a outra metade é que faz parte da assessoria. Os meus assessores são 36 juristas com mais 5 coordenadores. Isto está dividido em seis áreas, áreas por temas...

Que são?

— A primeira diz respeito ao planeamento e administração do território, ao ambiente e recursos natu-

rais, cultura e lazer, comunicação social, estrangeiros e nacionalidade; a segunda, aos assuntos financeiros, economia e direito dos consumidores; a terceira diz respeito aos assuntos sociais, como sejam a educação, a segurança social, saúde, menores e desporto; a quarta, à organização administrativa e função pública; a quinta assuntos judiciais e penitenciários, defesa nacional, segurança interna, trânsito, registos e notariado e assuntos laborais; a sexta, a assuntos político-constitucionais e direitos, liberdades e garantias.

Uff. E dessas seis áreas há alguma de maior incidência? As pessoas queixam-se mais... de quê?

— Queixam-se mais na área de organização administrativa e função pública, sobretudo nesta. Questões como a progressão nas carreiras, remunerações injustas e por aí fora...

Tem verificado que os queixosos têm razão?

— Em 50% não têm, mas os outros 50 sim — é cerca de metade.

As suas recomendações são sempre acatadas?

— Em cerca de 80% sim. Mas devo dizer que às vezes nem há necessidade de as fazer. Com a própria instrução do processo se resolvem os problemas: temos sempre que ouvir a entidade visada e normalmente resolvem-se sem necessidade de recomendação. O total de eficácia — de resolução durante a instrução do processo ou, através de recomendação — são esses tais 80%.

Nesse sentido podemos dizer que o Provedor tem, de facto, poder. Embora saiba que não gosta de fa-

Farei tudo para que não fique nenhum processo em cima da minha mesa. Sem querer dar conselhos ao meu sucessor, julgo que se deveria continuar a inspecção às cadeias, às esquadras da polícia e da GNR. Deveria fazer-se uma inspecção geral aos serviços de segurança social, enfim há ainda muita coisa...

lar da Provedoria como um contra-poder...

— Sou aquilo a que se pode chamar vulgarmente o advogado do cidadão.

Tenho poder na medida em que, por um lado, julgo que cerca de metade são improcedentes, das outras proponho uma decisão. Desde que bem fundamentada e argumentada, e se eu tiver razão... tem sido aceite na grande maioria dos casos.

Mas não respondeu à minha pergunta: considera que isso é ter poder ou não?

— Acho que causa maior satisfação convencer o Estado apenas (e isso é que é fundamental) pela autoridade da razão e não pela razão da força...

A autoridade da razão, tem sido essa a sua arma?

— Sim, é essa a minha grande arma. Desde que seja bem fundamentada.

E seja persuasiva. Tem de fazer muitos telefonemas para conseguir levar a carta a Garcia?

— Os meus assessores fazem muitos telefonemas, eu também faço alguns... Regemo-nos por meios informais, que é o lado mais célere de resolução das questões.

Das seguintes personagens, todas elas defendendo dos injustos os injustiçados, qual a que lhe parece mais próxima da figura do Provedor: Escuteiro, Zorro, Robin dos Bosques, Tintin ou nada disto?

— Talvez, em termos caricaturais, o Robin dos Bosques. Tirar ao rico, que é o Estado, coisas a favor das pessoas que sofrem lesões na sua vida privada.

A formação de escuteiro e católico — foi responsá-

Menéres Pimentel

kafkiana. A pergunta que lhe quero fazer é: quem nos defende de quem nos quer defender? O senhor conhece bem o sistema de justiça português, foi magistrado, advogado, Ministro da Justiça duas vezes, esteve seis anos no Supremo, leva oito como Provedor. Quem já esteve dos dois lados da barricada deve saber quais as verdadeiras razões da injustiça real da Justiça portuguesa.

— Falou há pouco de quem nos protege de quem nos quer proteger. Esse é curiosamente o título de um dos melhores estudos que conheço sobre o estado da Justiça, é de um italiano já com 15 ou 20 anos. Desculpe, mas ignorava...

— Isso só demonstra a sua intuição... Esse problema é bastante difícil porque a justiça humana é muito falível. Depois temos o problema real da legitimidade, da legitimação dos magistrados. Os magistrados não são eleitos, e acho bem que não o sejam, senão partidariam muito a justiça...

A Justiça continua a ser o único órgão de soberania que não é fiscalizado. Uns são filhos e outros são enteados.

— É fiscalizado pelos próprios processos através dos recursos que as partes podem interpor... Não exageremos também essa fiscalização que existe por parte dos litigantes... Mas o problema da legitimação poder-

se-ia começar a resolver se fosse outra a forma de designação dos membros do Conselho Superior de Magistratura (CSM). Isto é, se dependem do presidente do Supremo e o vice-presidente do CSM é eleito pelos seus pares, deviam ser designados pelo Parlamento — o centro vital da democracia — para lhes conferir essa legitimação. Deveriam ser pessoas com capacidade de gestão para se poder fazer uma planificação a tempo e horas, para atender às situações de maior crise. Aliás, é uma das coisas que resulta do excelente estudo da equipa liderada pelo prof. Boaventura Sousa Santos. Existem tribunais lado a lado, juizes lado a lado, em que um tem tudo em ordem e o outro tem tudo em desordem. Há aqui qualquer coisa que falha!

Então, quem pode agir sobre isso?

— Era uma acção através de auditorias que se fizessem aos tribunais. A banca, como dizia noutra dia o Dr. João Salgueiro, também se soube modernizar perante os desafios da integração europeia e consequente liberalização da circulação de capitais, etc. Os tribunais não souberam, e por isso verificam-se ainda situações bizarras. O ritualismo processual ainda é feito por maneiras um bocadinho obsoletas.

Pior, e muito mais bizarro: a maior parte dos tribunais superiores ocupa cerca de 70% do seu tempo com meras questões de natureza processual. Parece que andamos a brincar à retórica (com a vida das pessoas): ora agora dizes tu, ora agora digo eu...

— As questões processuais durante muito tempo ocupavam, como disse, uma percentagem muito grande e não se ia à questão de fundo. Mas a coisa hoje melhorou e já há maior número de decisões que retomam o fundo da questão do que decisões sobre processos que impedem a apreciação de fundo. Já apontei há pouco uma medida que tem a ver com a designação do CSM através de uma maioria qualificada da Assembleia, tal como é o Provedor. Por dois terços...

Pois, a falácia da dependência do poder político é só isso: uma falácia. Parte dos juizes do Tribunal Constitucional já é nomeada pela AR, não é?

— Sim são todos, com excepção de três, que são cooptados pelos 10 eleitos pela Assembleia. Julgo que se devia seguir o mesmo sistema... Há quem diga que isto tem o defeito de partidizar os tribunais porque a Assembleia é constituída por partidos. Julgo que não é assim porque eu também fui eleito e não fiquei vinculado a nenhum partido. O Tribunal Constitucional tem mostrado essa independência. Mas há outras medidas, como a reformulação do Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Esta medida, que é simples e não exige nenhuma revisão constitucional, viria a melhorar a eficácia dos tribunais...

É o tipo de medida que o Provedor pode propor?

— Poderia propor a alteração da lei para o CEJ, mas não tive tempo para isso. O Provedor tem poder para propor alterações ou modificações às leis.

As pessoas também se queixam muito da falta de harmonização do Código de Processo Penal com o Processo Penal...

— Entre 87 e 95 (data da re-publicação do Código Penal com algumas alterações, aliás importantes) verificou-se essa não compatibilização. O Código Penal devia ter sido alterado nessa altura. Não foi — o que provocou esta onda de prescrições. Porque não se podem aplicar as leis penais retroactivamente e tem-se sempre direito ao tratamento mais favorável. Falhou por algum motivo que desconheço. Depois também aconteceu que a jurisprudência, apesar deste desfazamento, tinha determinada orientação que não levava à prescrição e a partir de certa altura modificou-a.

Porquê?

— As modificações constam das decisões que estão no Tribunal.

Pondo a questão de modo mais informal: só trazendo à baila os casos mais mediáticos, como o mega escândalo do Aquaparque, dos hemofílicos ou das «viagens-fantasma»... O que acha desta enervante mania das prescrições?

— O fundamento já lhe disse qual foi. A consequência é um desprestígio para a Justiça. E não para os magistrados porque eles não tiveram nenhuma culpa nisso. É de facto chocante porque começou a instalar-se na opinião pública a ideia de ineficácia do sistema de Justiça. Ora, quando se gera isto na opinião pública temos que ter muito cuidado.

Chegámos a um ponto em que o cidadão comum

não recorre tranquilamente aos tribunais, problema que configura uma ameaça ao Estado de direito democrático.

— O movimento dos tribunais aumentou, sobretudo na parte cível. Ainda se pode dizer que há uma confiança no sistema judiciário. Não houve foi a resposta adequada, como lhe disse. Porque utilizam-se processos de gestão já ultrapassados. Volto a dizer que os tribunais deveriam ser sujeitos a auditorias como qualquer empresa. Para se ver onde estão os pontos de estrangulamento e procurar saná-los.

Mas a que temos não é uma justiça para ricos? Quem puder pagar um bom advogado sabe que ele pode arrastar um processo até prescrever, tática que pega com uma regularidade alarmante. Exagero?

— Ai entramos num outro aspecto. Temos hoje quatro graus de jurisdição: a primeira instância, a segunda, o Tribunal da relação, o supremo Tribunal de Justiça — e depois o Tribunal Constitucional (TC). Qualquer pessoa com um bom ad-

vogado pode descobrir uma inconstitucionalidade qualquer, evoca-a e, mesmo que não tenha razão, demora um tempo grande no TC. Temos dois sistemas: a fiscalização concreta e a abstracta. É nesta última, que leva à eliminação das normas, que se verificam mais atrasos. Julgo que aí poderia também haver uma alteração de forma: logo que é levantada a questão da constitucionalidade o processo era enviado ao TC, que a julgava como questão prévia, ficava o assunto resolvido e o processo seguia os seus trâmites sem necessidade de voltar ao TC. É a solução espanhola e talvez fosse de experimentar. Isso acabava com o procedimento dos ricos com dinheiro para bons advogados fazerem protelar o andamento dos processos.

Actuou nalguns dos casos que referi?

— No Aquaparque tive interferência na parte da legislação, já depois do acidente. Verifiquei que havia regulamentação insuficiente: então propus ao governo uma completamente diferente, mais garantista

do que a que existia, praticamente nula. Na altura, propus que enquanto isso não estivesse em vigor os Aquaparkes deviam deixar de funcionar. Essa segunda parte não foi atendida, mas a 1.ª foi, após algum tempo.

De que se orgulha mais nestes oito anos de mandato?

— O que mais me satisfaz foram as duas inspecções ao sistema prisional em que mostrei as deficiências muito graves do sistema prisional, embora na segunda tenha verificado que a situação tinha evoluído positivamente. O que bastante me agradou. Além disso, uma tentativa de resolução extrajudicial do processo do hemofílico — que era com certeza mais rápida. Não resultou, mas fiquei satisfeito por essa intervenção. Depois, a inspecção ao Serviço Nacional de Protecção Civil, após as cheias no Alentejo e nos Açores. Neste caso resultaram completamente as inspecções e recomendações que fiz a propósito. Designadamente a substituição de pessoas. Mas para mim o mais gratificante foi no aspecto social, isto é, na fixação das pensões, na informação das pessoas dos seus direitos sociais. Tanto que criei há pouco tempo uma linha gratuita para tratar desses assuntos — a linha do cidadão idoso. Além dessa tenho outra linha, sobre os direitos das crianças.

A pensão para a viúva de Salgueiro Maia foi, salvo erro, de sua iniciativa.

— Sim.

Actuou visivelmente sobre a violência policial e a situação das prisões. Concretamente, melhorou alguma coisa nas prisões e esquadras portuguesas?

— Melhorou, entre o intervalo das duas, que foi cerca de dois anos e pouco. Verifiquei uma evolução positiva, embora longe do ideal. Sobretudo porque houve uma grande mudança na população prisional. Hoje, grande parte dela — cerca de 60% — é doente: ou com sida, ou hepatite, ou artroses. As cadeias são hospitais! Também não se tomaram certas medidas para evitar a proliferação da droga lá dentro. Cheguei a propor uma espécie de departamento... mas disseram-me que era perigoso por causa das seringas. Disse que era uma coisa vigiada pelo Estado, portanto não havia problema de servir de arma, mas não resultou.

É a favor das «salas de chuto»?

— Em 1.º lugar eu sou — e sempre fui — a favor da descriminalização do consumo da droga. Não do fornecimento.

Descriminalização ou despenalização?

— Descriminalização e despenalização. O que está anunciado é uma descriminalização e uma penalização através dos serviços de mera ordenação social. Eu acho que nem sequer isso devia ser aplicado, porque conforme se diz agora, e bem, os consumidores não são criminosos, são doentes e, portanto, devem ser considerados como tal. Penso que deviam ser pura e simplesmente despenalizadas. Devia investir-se muito mais na prevenção primária, junto dos rapazes novos, nas escolas. Fazer uma educação especial contra a toxic dependência. Era mais importante até que a educação sexual, que devia ser dada simultaneamente.

Sexo e droga com o mesmo peso na educação??

— Sim, sim. A prevenção primária é fundamental e, sobretudo, continuar a reprimir bastante o tráfico. Dizem-me que, além da descriminalização, a despenalização do consumo fere certas convenções internacionais de que Portugal é parte. Eu não encontrei nenhuma convenção nesse aspecto... Mesmo que exista, podemos tomar a iniciativa. O que tem sido feito até agora não tem resultado. Isto é necessário: a prevenção primária, secundária e terciária, até ao internamento.

As posições que tem assumido desde que exerce o cargo de Provedor, não o configuram nada como um conservador. Pelo contrário, às vezes comporta-se mesmo como um radical...

— Não, não sou nada um radical. Mas não sou conservador — nunca fui. Sou conservador relativamente aos valores fundamentais. Mas no aspecto social nunca fui, pelo contrário. Antes do 25 de Abril tive algumas acções sociais a favor dos pobres...

Que tipo de acções?

— Havia um pequeno grupo na minha paróquia (Lumiãr), liderado por uma pessoa excepcional, o padre Mário Teixeira. Foi um dos meus melhores amigos, morreu há pouco tempo... era um verdadeiro santo, uma pessoa que conseguia ser coerente com o que dizia. Procurávamos intervir junto dos bairros degradados, a Mus-

vel pelo escutismo nacional — pesa no seu desempenho como Provedor?

— Não fui bem o responsável, eu era secretário nacional! Mas não foi durante o desempenho dessas funções que comecei a minha formação escutista e católica. Foi antes, como disse, fiquei muito cedo sem pai, adquiri uma auto-responsabilização e um sentimento de liberdade com o escutismo, que continuei a considerar a melhor escola de formação da juventude. Agora tenho poucos contactos, mas no meu tempo era uma grande alternativa à chamada «mocidade portuguesa». Não era militarista, exigia a responsabilização individual, o poder de iniciativa, a imaginação. Falava-me há pouco da celeridade e a Provedoria foi criada para combater a morosidade dos tribunais. Mas o que se vê...

— Sim, mas não só. A Provedoria foi criada há cerca de 200 anos, vai fazer 200 anos em 2006.

200 anos?! Julguei que tinha sido criada em 1975, por proposta de Salgado Zenha!

— Estou a referir-me ao Mundo. Foi criada na Suécia há 200 anos, em Portugal em 75, embora só tenha começado a funcionar em 76. Ter sido criada pelo Dr. Salgado Zenha está de acordo com a personalidade dele: era uma pessoa não só eficaz como tinha boas ideias — e uma delas foi essa. Depois do 25 de Abril, com a aprovação da constituição, não era fácil excluir a Provedoria quando estão consignados os direitos, liberdades e garantias. Tem protecção constitucional mas isso só não é suficiente: é preciso demonstrar na prática que é eficaz. Parece que é isso, modéstia à parte, que terei conseguido.

Nunca sentiu as dificuldades que levaram à renúncia do seu antecessor, Mário Raposo? Ele referia-se às «insuficiências de uma determinada mentalidade dos detentores dos poderes convencionais e informais».

— Não. Ou por outra, até fazer aqui a remodelação, até senti. Mas atribuo essa não consideração da Provedoria por parte dos poderes públicos a uma deficiente organização interna. Quando fiz a reforma, a Provedoria começou a afirmar-se e já não senti isso. **Relativamente aos Provedores europeus, o cargo português tem mais ou menos poderes?**

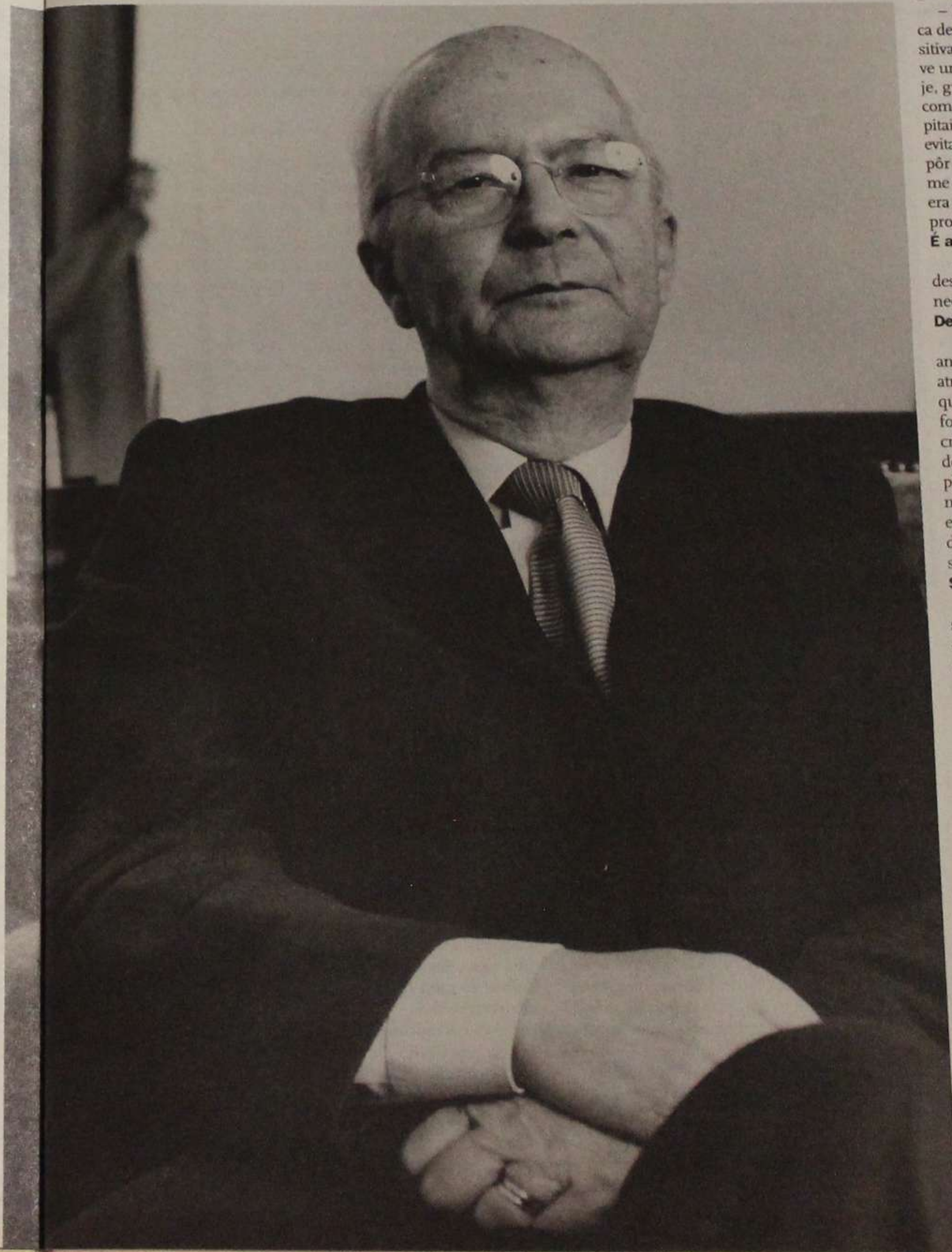
— É dos que tem mais. Baseou-se no modelo sueco, que é o que tem mais poderes. Tem mesmo o poder de supervisão dos tribunais — coisa que eu não tenho. Não sei bem em que consiste isto na prática. Num congresso, um deles (porque lá há três) exemplificou uns casos em que criticam decisões dos tribunais transitadas em julgado e tudo.

Muito curioso...

— Eu tenho intervenção nos tribunais apenas na parte administrativa e devo dizer que, com esse poderes, pretendi ir mais longe com uma alteração do estatuto, mas não me foi concedida. Foi uma das minhas falhas, mas acho que os tempos mudam e o meu sucessor poderá consegui-lo. Poderá fazer uma espécie de auditoria aos tribunais na sua parte de eficácia administrativa, sem interferir nunca nas decisões, como é evidente.

A Provedoria só como ideia é uma coisa um pouco

Hoje, grande parte da população prisional — cerca de 60% — é doente: com sida, hepatite, artroses. As cadeias são hospitais! Cheguei a propôr uma espécie de departamento...mas disseram-me que era perigoso por causa das seringas



Menéres Pimentel

Nos tribunais utilizam-se processos

de gestão já ultrapassados. Deveriam

ser sujeitos a audi-

tórias como qual-

quer empresa. Para

se ver onde estão

os pontos de estran-

gulamento e procu-

rar saná-los

gueira e outros que eram os que estavam mais próximos, e depois tínhamos reuniões de reflexão política.

Conspiravam?

— Não, tentávamos difundir as ideias democráticas...

Olhando agora para a sua carreira política. Envolve-se na campanha da CDE, nas primeiras eleições de Marcello Caetano. A militância católica também o posicionaria muito mais à esquerda, ao que sei. Mas, após o 25 de Abril, adere ao PSD.

— Foi. Depois do 25 de Abril vi que o MDPCE se transformou numa coisa totalmente diferente. Lembro-me ainda do Dr. Sá Carneiro, pouco depois do 25 de Abril, ter sido eleito num determinado comício, como não sei que grau no MDP, depois é que o MDP se transformou. Mas... por que fui para o PSD?... Por duas razões fundamentais: Em primeiro lugar porque tive alguns contactos escritos, nunca pessoais, com o Dr. Sá Carneiro (correspondência que infelizmente perdi) quando ele fazia parte da chamada ala liberal na Assembleia. Eu lia o diário da Assembleia...

Ficou a admirá-lo.

— Fiquei a admirar a coragem que ele demonstrava. Depois do 25 de Abril houve outra pessoa que me influenciou a entrar no PSD: o Dr. Magalhães Mota.

Com quem tinha um escritório de advocacia.

— Sim. Eu não era filiado logo depois do 25 de Abril. Só me filiei no dia 24 de Dezembro de 1974.

Em pleno Natal! Porquê?

— A minha faceta religiosa. Achei que era uma altura significativa para entrar. Por isso e porque o programa do então PPD tinha saído pouco tempo antes. Quis verificar se coincidia com o que pensava e, por que coincidia, entrei.

Nunca se arrependeu?

— Não, embora os tempos tenham evoluído e o programa do PSD já não é igual ao inicial, porque todos foram mudando. Mas, nos pontos essenciais do programa do então PPD, continuei a subscrevê-lo: uma social democracia do centro esquerda.

E nunca do centro direita?

— Nunca do centro direita. Por isso não gosto nada quando se trata o PSD como um partido de direita... não me reconheço nessa designação.

Teve funções destacadíssimas no PSD, foi deputado em várias legislaturas...

— Fui presidente de todos os órgãos do partido com excepção do Congresso. Também vivi numa altura bastante turbulenta do PSD — não é só de agora...

Depois foi colaborador directo de Sá Carneiro e assaca-se-lhe a responsabilidade de o ter feito regressar, após a famosa cisão à esquerda e «saída dos inadiáveis».

— Quando o Dr. Sá Carneiro saiu dos órgãos dirigentes do partido no congresso no Porto, comecei a ter contactos regulares com ele. Não via o partido sem a sua figura carismática. Ele estava nessa altura bastante desiludido com a política... eu e mais uns tantos promovemos algumas acções para ele voltar. E conseguimos. Então, após uns meses em que estive sozinho a liderar uma comissão política provisória, conseguimos fazer um con-

gresso e ele regressou, aqui em Lisboa. Era o presidente do partido e eu era o presidente da comissão política nacional. A estrutura era diferente. Ele tinha determinados poderes, eu tinha outros e funcionámos bem.

Como é que ele era?

— Era uma pessoa excepcional sob todos os pontos de vista. Sabia opor-se, fazer oposição. Tomava conta dos assuntos principais e tinha uma capacidade muito grande de arrastar as pessoas.

Era simpático, de trato fácil?

— Era. Aparentemente, nos primeiros contactos, talvez não fosse... mas tinha o tal carisma que atraía multitudes. Foi pena que durante o PREC ele tivesse estado fora, doente... Se não, o curso dos acontecimentos talvez tivesse sido diferente. Mas, depois de se ter alguma intimidade, era uma pessoa bastante simpática. Tinha muita imaginação, era um homem muito culto, uma pessoa extraordinariamente interessante.

Alguma vez interveio na resolução de Camarate, como Provedor?

— Não, porque não posso intervir em processos judiciais. Vontade sempre tinha, até fui testemunha de uma das comissões de inquérito... Mas quando fui Ministro da Justiça é que me fizeram críticas de eu não descobrir quem era o criminoso. Ora, eu não tinha poderes para isso, também. Competia ao Ministério Público.

Acha que se tratou realmente de um crime, um atentado?

— Não sei, depois disto tudo continuei numa posição de dúvida. Não tenho certezas nem para um lado nem para outro.

Ainda não me explicou por que não vai para um partido mais à esquerda. O socialismo nunca o seduziu?

— Nunca ninguém me conseguiu explicar o que é o socialismo democrático. Tanto assim que em 74/75 a social-democracia era considerada pelos sectores radicais a antecâmara do fascismo. Eu continuei a considerar-me um social democrata... admito que não seja a corrente maioritária dentro do PSD de hoje. Mas também o PS, do meu ponto de vista, voltou mais ao centro, deixou a esquerda.

Qual é o seu comentário ao estado actual do partido? Continua a ser militante...?

— Sou inscrito. Ainda não sou militante porque a lei proíbe-me de o ser — enquanto Provedor não posso exercer actividades públicas político-partidárias. Agora direi que deixei de estar suspenso e pagarei as minhas quotas, mas não é minha intenção tornar a exercer cargos partidários.

De qualquer modo presumo que seja uma pessoa atenta...

— Não gostava de fazer comentários porque não me quero meter em questões político-partidárias, mas acho que isto está um bocadinho turbulento demais. Ou melhor: a turbulência está a demorar tempo demais. **Pelo que vejo não vai ficar minimamente parado. Aos 71 anos, tem planos?**

— Possivelmente escreverei qualquer coisa...

Do estilo «memórias»?

— Não, não gosto disso. Não tenho vida suficientemente rica para escrever memórias, nem quero ter essa presunção. Talvez escreva qualquer coisa sobre cultura jurídica se tiver tempo mas, sobretudo, vou fazer aquilo que me apetece: ler, ouvir música, escrever (mesmo que não publique), dedicar-me à minha família — tenho três filhos e seis netos, que variam entre os 12 e os 3 anos.

É um bom avô?

— Não tenho muito jeito para isso, devo dizer...

O que é que isso quer dizer, não anda com eles às cavalitas, é?

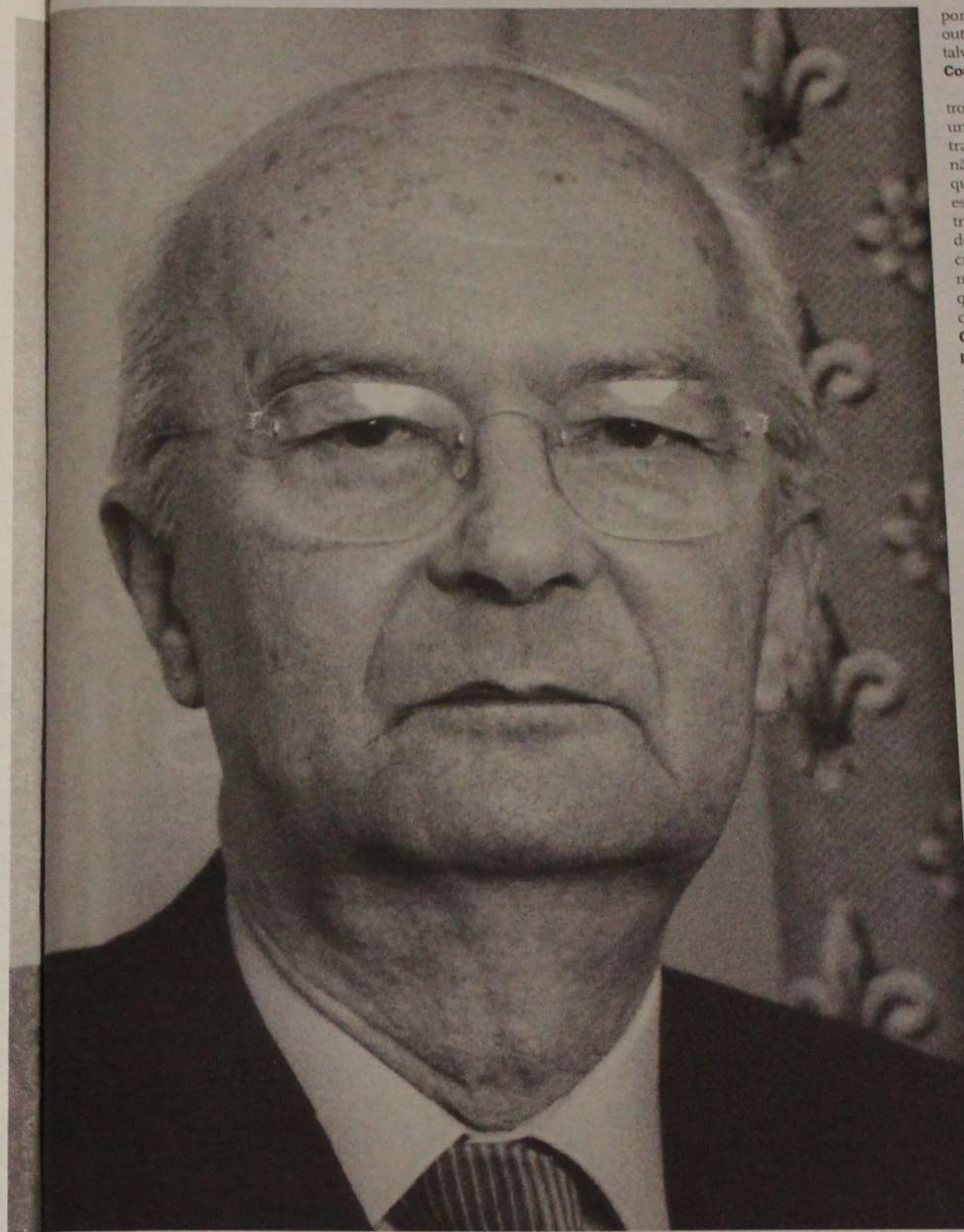
— Sim, não faço essas coisas próprias dos avós. Mas tenho uma grande ligação à minha família. Não passo com ela tanto tempo quanto desejava, mas a minha família nuclear, mulher — sou casado há 42 anos — filhos e netos são muito importantes para mim.

É um homem feliz?

— Posso dizer que sou um homem feliz. **O sr. foi advogado do Estado até certa altura, depois advogado do mundo em geral. Ministro, titular de cargos partidários, agora Provedor. O que o marcou mais?**

— O actual. Mais do que qualquer outro. Consegui transformar um órgão com pouca eficácia, muito voltado para dentro, numa instituição credível perante a opinião pública. Isso para mim é importante porque não tenho, nem devo ter, poderes decisórios, senão seria uma administração que se sobrepuja a outra — um absurdo. Portanto, conseguir popularizar uma instituição que não tem poderes decisórios... acho que foi importante. **É esse lastro que deixa ao seu sucessor. Quais são os processos pendentes mais importantes que também lhe deixa?**

— O número é de 4000 processos pendentes, com uma entrada de 6000 no último ano e perto disso nos outros — creio que é bastante razoável. Farei tudo para que não fique nenhum processo em cima da minha mesa. Algum em especial... sem querer dar conselhos ao meu sucessor — que ele não precisa dos meus conselhos — julgo que se deveria continuar a inspecção às cadeias, mais inspecções às esquadras da polícia e da GNR — voltaram a aparecer casos de alegada violência. Deveria fazer-se uma inspecção geral aos serviços de segurança social, enfim há ainda muita coisa...



Mercê da actuação dos órgãos de comunicação social — eu sou dos poucos que não me incomodo com ela — a Provedoria tornou-se popular e é hoje muito procurada pelas pessoas

Alguma vez a Provedoria actuou como força de bloqueio?

— Genericamente houve essa ideia. Sempre respondi a isso de uma maneira muito simples: Eu nunca fui força de bloqueio pela simples razão de que tentei desbloquear os problemas. Agora, que fui incomodado por vezes, para o Governo e para a Administração Pública em geral, isso penso que sim — mas essa é a minha função. Não é propriamente andar com a Administração Pública ao colo... Tive necessariamente que ser incómodo.

O que não significa que tenha exorbitado dos seus poderes?

— Não, acho que nunca excedi os meus poderes. **Lembro-me que foi acusado disso na altura da lei das 40 horas, das prisões...**

O que pensa das primeiras medidas tomadas pelo Ministro da Justiça? São mais que paliativas pontuais?

— Acho que de uma maneira geral as medidas são

pontuais e que algumas são acertadas... há uma ou outra com que não concordo, mas o balanço genérico talvez seja aceitável.

Com aceitável quer dizer...o quê?

— São medidas pontuais — e isso o próprio Ministro diz — porque as grandes reformas de fundo só com uma revisão constitucional. Por outro lado, havia outras. Já referi uma, que é a reforma do CEJ... e essa não precisa de revisão constitucional... Há outra, de que discordo, mas não sei se se efectuará, que é uma espécie de perdão para as dívidas pequenas em contrapartida de benefícios fiscais para as empresas credoras. Não concordo porque os que pagaram são discriminados. Pode ser um certo sentimento de impunidade. Sei que a medida tinha um objectivo claro, que era limpar uma quantidade de milhares de processos, mas tem estes efeitos perversos...

Como as amnistias. Concorda com as amnistias, por princípio?

— Não concordo, por princípio, com as amnistias. Porque é mau para a política criminal. Embora tivesse defendido publicamente uma amnistia quando foi dos 25 anos do 25 de Abril, para ver se havia um certo aligeiramento da população prisional para as sobrelotadas cadeias. Mas, de facto, não resultou. Não se deve resolver o problema dos sistema prisional com amnistias, não é?

Há uma frase de Sá Carneiro que vi citada por si: «Uma revolução custa muito caro, as reformas são mais baratas». Trata-se de uma forrotice governamental endémica, ou é mesmo precisa uma revolução na Justiça?

— Tocou aí um ponto essencial que eu já devia ter referido. É que nunca nenhum governo, nem o actual nem os anteriores, investiu suficientemente no sector da Justiça. É preciso investir bastante, é preciso gastar dinheiro. Porque é talvez o pilar fundamental...

O Sr. quando foi Ministro da Justiça preocupou-se com isso?

— Senti isso, porque eu também não tinha magistrados na altura. Simplesmente, além das verbas do Orçamento, eu tinha as do próprio Ministério da Justiça. Creio que ainda existem, mas na altura tinha bastante dinheiro lá e... tive a preocupação de o gastar até ao último tostão. Na construção dos novos tribunais, no melhoramento dos serviços prisionais que consegui recuperar. Porque era bem aplicado, é claro. **É um histórico do PSD, lida há anos com políticos de todos os quadrantes. Não teve mais pressões por isso? Quero dizer, conseguiu uma total independência do poder político?**

— Consegui completa independência. Nunca tive a mínima pressão, o mínimo constrangimento, nada. São as pessoas que fazem os lugares. As pessoas conhecem-me e sabem que não sou susceptível de ser pressionado!

Há uma certa «ombudsmania», agora, em Portugal. Confesso que não percebo muito bem o alcance da quantidade exorbitante de provedores que surgem... Quantos é que existem no país, afinal?

— Há os oficiais e os privados, que são livres de fazer o que quiserem.

Eu sou contra a proliferação ou a constituição de provedores oficiais, porque entendo, até, que é de duvidosa constitucionalidade a existência de provedores oficiais além do de justiça. Além disso as pessoas entram numa grande confusão: quem estivesse num hospital a ser maltratado, não sabia se havia de dirigir-se ao Provedor de Justiça ou ao Provedor do Doente, ou do pensionista ou disto ou daquilo, o que seria muito mau.

Qual é a parte do seu dia que gosta mais?

— A parte da tarde. E a da noite. Fui durante muito tempo um noctívago — hoje já não, porque não tenho idade para isso. A da manhã para mim é sempre difícil: quando tenho que me levantar cedo fico um bocadinho mal disposto.

Disse-me no início que era um grande fumador. Mas pelos cigarros que me tem «cravado», não desfazendo, parece continuar a ser. Quanto é que fumava?

— Um maço por dia.

E agora?

— Mais ou menos a mesma coisa... um bocadinho menos. Mas agora até vou eliminar! Tomei essa decisão... ■